

A FAMÍLIA VAI À ESCOLA: AS CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA SOCIAL, CIDADANIA E PARCERIAS COMUNITÁRIAS COMO ESTRATÉGIAS CONSERVADORAS DE PODER EM CINCO PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Guilherme Andolfatto Libanori

Orientadora: Sandra Aparecida Riscal

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Ano: 2011

Resumo da Dissertação de Mestrado:

Diante da crescente criação e participação de Organizações Sociais, mais especificamente de Organizações não Governamentais (ONGs), que atuam na área de Educação e a criação de programas sociais pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP) e seus órgãos internos – Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) – que apresentam em seus objetivos as concepções de cidadania e justiça social e propõem parcerias entre os setores da sociedade e maior participação da sociedade civil no trato com a educação e com os problemas que circundam a escola e a comunidade, buscamos analisar cinco dos trinta e sete programas ativos em 2010 da SEESP que se afirmavam na área de educação. Nosso objeto de estudo, portanto, são programas da SEESP implementados de 1995 a 2008, a saber: o Programa Escola da Família: Desenvolvimento de uma Cultura de Paz no Estado de São Paulo, o Programa Superação Jovem (parceria com o Instituto Ayrton Senna), o Programa Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania, o Programa Escola em Parceria e o Programa Comunidade Presente. Nossos objetivos foram de analisar as concepções de parceria, cidadania e justiça social, comuns fundamentação teórica desses programas, identificar sua relação com as políticas compensatórias, voltadas para a equidade e justiça social, e verificar sua articulação com o projeto de modernização e racionalização da política educacional paulista. Nosso estudo permitiu conhecer um aspecto da política educacional da Secretaria do Estado pouco explorado, quais sejam: analisar as concepções teóricas subjacentes aos seus vários programas implementados nas escolas estaduais e voltados para o atendimento da comunidade; e analisar o caráter compensatório e pontual (local) das principais políticas recentemente criadas e financiadas pela SEESP, políticas que demonstram relação direta com uma concepção gerencial de educação. O procedimento teórico-metodológico foi baseado em pesquisa bibliográfica e documental e sua análise realizada por meio das categorias modernização e racionalização, de Max Weber, e equidade e justiça social, de John Rawls, e do conceito de processo civilizador, de Norbert Elias. Nosso estudo permitiu a compreensão de diferentes estratégias e discursos associados aos programas da SEESP, que disseminam uma nova concepção do papel social da escola, que passa a se constituir no espaço privilegiado para a disseminação dos programas sociais do Estado. Além disso, verificamos uma ressignificação das concepções analisadas nos documentos oficiais dos programas, as quais também têm fundamentação nas concepções de bem-comum, vontade geral, família, comunidade e participação, que conferem caráter vago e até mesmo religioso às concepções de parceria, cidadania e justiça social.